

(x) Graduação () Pós-Graduação

ACESSIBILIDADE EM ESCOLAS PÚBLICAS REGULARES

Cristiane Rojas
Administração Pública/ESAN/UFMS
cris.rojasma@gmail.com

Fábio da Silva Rodrigues
CPNV/UFMS
f.rodrigues@ufms.br

RESUMO

A presente pesquisa se constitui numa abordagem qualitativa, cujo objetivo geral é apresentar a importância da acessibilidade nas escolas de educação regular, como forma de priorizar um melhor processo educacional aos alunos com deficiência. De maneira específica, busca-se compreender o conceito de deficiência e suas diversas tipologias; discutir a NBR 9050 em especial naquilo que diz respeito aos equipamentos urbanos, acessibilidade às edificações, mobiliário, espaços; apresentar os preceitos da Educação Inclusiva. Participaram da pesquisa professores e coordenador de escolas Pública da Educação Especial do município de Campo Grande/MS. Para a construção e análise de dados, conclui-se com o levantamento bibliográfico que discutem a acessibilidade, tais como: Glat (2007), Mantoan (2003) e alguns documentos legais que tratam da política de acessibilidade como as Diretrizes Educacionais e sistematização, tabulação e categorização. Entre os procedimentos de coleta de dados, adotou-se a aplicação de questionário e entrevistas *online*. Entre os resultados obtidos destacam-se que as escolas ainda não estão totalmente acessíveis para receber as crianças com deficiência física.

Palavras-chave: Acessibilidade; Deficiência; Educação; Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

Pode-se dizer, de maneira simplificada, que educação se refere basicamente ao ensinar e aprender, contudo, bem se sabe que ela vai além, uma vez que abrange as situações vivenciadas no processo escolar, as quais envolvem saberes e concepções que constituem o processo de ensinar e aprender. Assim, a educação pode ser definida como o meio fundamental para que os hábitos e costumes, comportamentos e valores de uma sociedade sejam transferidos de geração em geração, de acordo com a evolução da coletividade como um todo. No geral, a educação tem como intuito formar o indivíduo para que ele tenha autonomia de vida e possa ter oportunidades. A educação é um direito adquirido do cidadão (BRASIL, CF, Art. 205).

A educação é um dever da família e do Estado, sendo inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, a mesma tem por finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, LDB, 2006). No Brasil existem duas categorias de ensino: A educação de nível básico e a educação nível superior, sendo que a educação básica abrange a Educação Infantil: duração de 5 anos, com alunos de 0 a 5 anos; o Ensino Fundamental: duração de 9 anos, com alunos de 6 a 14 anos e; o Ensino Médio: duração de 3 anos, com alunos de 15 a 17 anos. Já a educação Superior é aquela caracterizada pela graduação, pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado), tendo como modalidades o ensino presencial e o Ensino a Distância (EAD) nas universidades públicas e privadas.

Embora tenha sido apresentado um panorama sobre a estrutura educacional nacional, enfatiza-se que o presente trabalho se relaciona à educação fundamental, com foco nas questões referentes à acessibilidade dos espaços escolares, considerando o público da educação especial, alunos que frequentam as escolas regulares. Ressalta-se que uns dos grandes entraves no país diz respeito aos problemas de acessibilidade nas escolas nos diferentes níveis, fato que faz com que crianças, jovens e adultos com deficiência (PCD) acabem tendo seu processo educacional comprometido, uma vez que há dificuldades para o acesso e a permanência deles no espaço escolar.

Entende-se por deficiência qualquer tipo de perda ou situação limitante que diminua a capacidades das funções físicas, sensoriais ou intelectuais de uma pessoa. De maneira geral, o termo pode estar relacionado com uma disfunção das funções psicológicas, fisiológica ou anatômica do ser humano, uma vez que todos podem sofrer algum tipo de deficiência no

organismo (SIGNIFICADOS, 2021, s.p). Essas deficiências podem se apresentar de diferentes formas, a saber: Deficiência auditiva, Visual, Física/ Motora (que podem ser temporárias ou não, e que geram dificuldades na movimentação, redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção) e Mental/Intelectual.

Diante do apresentado é que surge a pergunta problema do presente estudo: As escolas regulares brasileiras são acessíveis aos alunos com deficiências?

A acessibilidade é um tema importante a ser discutido, considerando que o mesmo possibilita segurança e autonomia na utilização de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (EDUCAÇÃO INFANTIL, 2021, s.p).

Apresentar e discutir os entraves e dificuldades vivenciadas pela pessoa com deficiência é um meio de alertar a sociedade para a necessidade de acessibilidade. Por isso a relevância do tema.

Assim, o estudo apresenta como objetivo geral: apresentar a importância da acessibilidade nas escolas de educação regular, de forma geral, como forma de priorizar um melhor processo educacional aos alunos com deficiência. Como objetivos específicos apresentam-se: compreender o conceito de deficiência e suas diversas tipologias; Discutir a NBR 9050 em especial naquilo que diz respeito aos equipamentos urbanos, acessibilidade à edificações, mobiliário, espaços; Apresentar os preceitos da Educação Inclusiva.

Entende-se que este trabalho é importante pela necessidade de problematizar e refletir sobre as condições de acessibilidade nos espaços públicos, mais precisamente em algumas escolas da rede pública regular. Vivencia-se um momento histórico de conquistas no âmbito das legislações. No entanto, na prática, presencia-se a negação desses direitos em diversas dimensões e, principalmente, no que se refere ao direito de ir e vir.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 EDUCAÇÃO: ASPECTOS GERAIS

A educação é fruto do trabalho do homem nas relações sociais, considerada um fenômeno humano, nesse sentido, a Educação como direito, se impõe como uma ampliação do espectro da cidadania educacional. Ela abrange três etapas: educação infantil, ensino fundamental obrigatório e ensino médio, progressivamente obrigatório. Os níveis de

educação, nas diretrizes da LDB 9394 do ano 1996 se compõem:

Da educação básica: A educação infantil abrange creches e pré-escolas. É gratuita, havendo a possibilidade de cursar em rede particular. O responsável direto é o município. (BRASIL, LDB 9394, 1996). Ensino fundamental: É o início da educação básica, são cursados da 1º até a 5º Serie (Fundamental I) subsequente a 6º até 9º Serie (Fundamental II). É estabelecido pela LDB que em um futuro próximo, todos os municípios serão os responsáveis pela aplicação do mesmo. Não sendo mais cursado em escola estadual. Dessa forma, ficara estabelecido que os municípios ficassem responsáveis pelo início da educação e o estado pelo final. (BRASIL, LDB 9394, 1996). Ensino médio: É Compreendido pelo 1º ao 3º ano. Podendo o mesmo ser profissionalizante, ou não (BRASIL, LDB 9394, 1996).

Do Ensino superior: Pode ser oferecido por instituições dos estados e municípios. É da união a competência de autorizar e fiscalizar as instituições privadas de ensino superior. Dentro das instituições brasileiras há modalidades de educação de acordo com níveis da educação nacional. São elas: Educação especial: responsável pelos alunos com necessidades especiais; Educação a distância: Com atendimento a estudantes em locais e períodos alternados/diversos com a tecnologias de informação a favor, como agora nesse momento de pandemia; Educação profissional e tecnológica: Com o intuito de preparar os estudantes a exercerem atividades de produção, atualizando e aperfeiçoando conhecimentos tecnológicos e científicos; Educação de Jovens e Adultos: Conhecido como EJA, com o intuito de atender as pessoas que não tiveram acesso à educação na idade própria e que após a maioridade desejam ingressar nos estudos. Educação Indígena: Com o intuito de inclusão aos indígenas, na forma de respeito a cultura e língua das diversas tribos indígenas brasileiras. (BRASIL, LDB 9394, 1996).

As artes visuais, a música, o teatro e a dança, foram incluídos na educação básica, conforme nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com data de publicação de 3 de julho de 2016. O direito à educação e aprendizagem é um dos princípios do ensino brasileiro que passa ao ordenamento jurídico com a Lei 13.632/2018.

2.2 CONTEXTUAÇÃO HISTÓRICA DO DEFICIENTE

O processo de exclusão/inclusão de pessoas com deficiência na sociedade tem sido discutido e explorado ao longo da história por muitos estudiosos da área de educação. Dentre tantas lacunas a serem preenchidas pela falta de informação que o tema acarreta os diferentes processos para inserção dos deficientes físicos, na sociedade, tem se tornado prioritário e de

grande valia. De forma colaborativa a sociedade, como um todo, vem quebrando barreiras e superando processos de exclusão para trazer integração entre todos dentro das expectativas.

No Antigo Egito, os médicos acreditavam que as doenças graves e as deficiências físicas ou os problemas mentais graves eram provocados por maus espíritos, por demônios ou por pecados de vidas anteriores que devia ser pago. Dessa maneira, os deficientes não podiam ser debelados a não serem pela intervenção dos deuses, ou pelo poder divino que era passado aos médicos-sacerdotes, especializados nos chamados “Livros Sagrados” sobre doenças e suas curas. Esses se preparavam durante anos para o exercício dessa função e se tornavam qualificados em medicina com competência para prestar atenção médica a pessoas que apresentavam indícios de males graves ou de deficiências físicas e mentais, fossem elas consequentes de malformações congênitas, acidentes ou infortúnios das guerras. Entretanto, apenas os membros da nobreza, os sacerdotes, os guerreiros e seus familiares tinham o privilégio de ser assistidos pelos sacerdotes (PEREIRA, 2017, p 170).

Com o tratamento que era dispensado aos deficientes físicos à época, muitos acabavam retirados do convívio com os familiares. De certa forma, era um processo de exclusão que eles viviam, pois não eram aceitos na sociedade. No que diz respeito especificamente à integração dos deficientes na sociedade, os estudos mostram que, no Antigo Egito, esses poderiam ser encontrados em diferentes estratos da sociedade, desde a classe dos faraós, nobres, artesãos, agricultores, até os escravos. A arte egípcia revela por meios dos afrescos, papiros, túmulos e múmias que, para alguns deficientes, foi possível viver uma vida normal e constituir família (SARAIVA, 2017, p. 171).

Por outro lado, fundou-se um processo de eliminação da exclusão dessas pessoas, com a evolução da inclusão social. Trata-se de processo que objetiva a efetivação direta dos direitos estabelecidos. Com o advento do Cristianismo tal perspectiva foi alterada e a pessoa com deficiência passou a ser vista como criatura de Deus, possuidora de alma e não merecedora de castigo, mas de cuidados. Atitudes de extermínio não são mais aceitáveis e os cuidados com a pessoa com deficiência passam a ser assegurados pela família e a igreja, mesmo que tais cuidados não garantam a integração do deficiente na sociedade de forma geral. (SARAIVA & PEREIRA, 2017, p.172).

A legislação brasileira específica, no âmbito da educação para todos, inicia-se no inciso III do art. 208 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida na rede regular de ensino.

2.3 ACESSIBILIDADE

Em se tratando de acessibilidade, o principal foco é sensibilizar sobre a responsabilidade social de inclusão de alunos na educação básica, pois a legislação aponta caminhos importantes para a receptividade para todos os indivíduos, embora, na prática, a falta de conhecimento faz que com que às vezes, as pessoas com deficiência andem à margem do sistema educacional. Deficiência física pode ser definida como “diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação motora geral e da fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congênitas ou adquiridas (BRASIL, 2004) ”.

Alguns aspectos da deficiência física podem ser levados em consideração quando se analisa sua classificação. Segundo o Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial (BRASIL, 2006), ela pode ser classificada como “temporária”, que é aquela que quando tratada, permite que o indivíduo volte às suas condições anteriores; “recuperável”, quando permite melhora diante do tratamento, ou suplência por outras áreas não atingidas; “definitiva”, quando apesar do tratamento, o indivíduo não apresenta possibilidade de cura, substituição ou suplência.

“Há também a deficiência “compensável”, a qual permite melhora por substituição de órgãos. Por exemplo, a amputação compensável pelo uso da prótese” (BRASIL, 2006, p. 19). Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

2.4 NBR 9050 (2015)

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) formulou normas específicas para acessibilidade, fundamentadas em instrumentos jurídicos, que vêm apoiar a execução de projetos que objetivem a realização de intervenções arquitetônicas urbanísticas e nos meios de transportes, por parte dos diferentes agentes políticos da sociedade. Os padrões antropométricos adotados para projetos de edificações, design de mobiliários e circulação em geral dentro das escolas, não se adaptam totalmente às necessidades dos usuários como um todo, uma vez que nesse conjunto estão inclusos portadores de deficiência permanente ou transitória, crianças, idosos, gestantes. A normatização tem por objetivo fixar padrões e

dimensionamentos que ofereçam condições de segurança a todos os usuários, para que tenham acessibilidade autônoma em espaços construídos e ambientes urbanos de qualquer natureza.

A abrangência desta norma inclui as edificações: de uso público, mesmo que de propriedade privada, como por exemplo, as destinadas à educação, saúde, cultura, esporte, lazer, serviços, comércio, indústria, hospedagem, trabalho, reunião, etc. de uso multifamiliar, nas áreas comuns de circulação. Em relação aos âmbitos que competem a NBR, são eles: Âmbito da legislação de competência municipal e âmbito acadêmico.

Acessibilidade diz respeito à possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos. Dessa forma, pode-se dizer que acessibilidade, além de proporcionar a toda população o direito de ir e vir, com segurança e o melhor grau de independência possível, garante a inclusão em todos os ambientes necessários para qualquer indivíduo. Porém, vale ressaltar que não basta apenas uma estrutura física adequada, mas também o uso correto da mesma, respeitando as diferenças de cada um.

Para a indicação de acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, utiliza-se o símbolo internacional de acessibilidade, que pode ser representado de acordo com as figuras abaixo, sempre voltado para o lado direito, não sendo permitido qualquer tipo de modificação, estilização ou adição:

Figura 1: Símbolos da Acessibilidade



a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

Fonte: ABNT NBR 9050, segunda edição, 11/10/2015.

Segundo a NBR 9050 de 2015, essa representação indica que serviços, espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos são acessíveis para aquelas pessoas com deficiência (deficientes auditivos, visuais e cadeirantes, por exemplo) ou com mobilidade reduzida (idosos, gestantes e obesos, por exemplo). Importante mencionar que o exposto desmistifica que a simbologia se refere apenas a pessoas cadeirantes.

Existem, também, representações internacionais da deficiência visual e auditiva, que indicam a existência de equipamentos, mobiliários e serviços para pessoas com estas

deficiências. Na figura 2 são ilustrados estes símbolos:

Figura 2: Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual.



a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

Fonte: ABNT NBR 9050, segunda edição 11/10/2015.

O símbolo internacional de pessoas com deficiência visual deve indicar a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com deficiência visual.

Figura 3: Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva (surdez)



a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

Fonte: ABNT NBR 9050, segunda edição 11/10/2015.

Além dos símbolos acima mencionados, são ainda encontradas simbologias complementares, que devem ser utilizados para indicar as facilidades existentes nas edificações, nos mobiliários, nos espaços, equipamentos urbanos e serviços oferecidos, como por exemplo, o símbolo de sanitário feminino acessível:

Figura 4: Símbolo sanitário feminino acessível



Fonte: ABNT NBR 9050, segunda edição 11/10/2015.

Enfatiza-se que essas representações são importantes para localizar e atender às necessidades específicas de cada indivíduo. Entretanto, percebe-se, ainda a inexistência de sinalização ou seu uso de forma inadequada. A lei da acessibilidade nas escolas trouxe avanços e adequações no espaço urbano, públicos e privados, porém as barreiras aos ambientes e a dificuldade na realização das dificultam a acessibilidade nas escolas (COHEN, 2001).

2.5 ACESSIBILIDADES ARQUITETÔNICAS NAS ESCOLAS

Por mais que se saiba que a acessibilidade é assunto que deve ser colocado na prática em âmbito geral (cidades, estabelecimentos e não diferentemente nas escolas) percebe-se, no Brasil, certa ausência de atendimento às normas. Uma das principais evoluções trazidas pela LBI (Lei Brasileira de Inclusão) da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com entendimento Deficiência) no que diz respeito à acessibilidade é a mudança da palavra “deficiência”. Antes a deficiência era compreendida como uma condição de vida do indivíduo deficiente. Na atualidade, é visto como uma adequação do espaço ocupado, onde o bem-estar do indivíduo deficiente vem em primeiro lugar.

Serão apresentadas algumas imagens que representam a acessibilidade nas áreas internas e externas das escolas.

Figura 5: Rampa Acessível



Fonte: Imagem Ebanataw: Arquitetura & Acessibilidade (2017).

As rampas devem ter inclinação máxima de 8,33%. Se a rampa for em curva, ela deve ter um raio mínimo de 3 m medidos no perímetro interno, além de respeitar a inclinação máxima de 8,33%.

Figura 6: Via Pública junto às escolas



Fonte: Guia de Rodas, Acessibilidade nas Escolas, 2019.

Percebe-se, diante da imagem apresentada que há faixa de segurança e semáforo para pedestre junto à escola; O passeio público encontra-se devidamente rebaixado junto à faixa de pedestre; O portal de entrada da escola é facilmente identificado, desde a calçada, por possuir cor contrastante com a do muro e o nome da escola em letras grandes; A calçada que contorna os muros da escola é plana e sua pavimentação é regular; Os obstáculos estão sinalizados com piso tátil de alerta e localizados fora da faixa livre para circulação; A parada de ônibus está próxima à entrada da escola; O piso tátil direcional indica o percurso desde as paradas de ônibus até o portão da escola; Existe uma área de embarque e desembarque próxima ao portão da escola. É desejável que nesta área também caiba um ônibus (SEMIS, 2007).

Figura 7: Escadas e Rampas



Fonte: Guia de Rodas, Acessibilidade nas Escolas, 2019.

De acordo com a imagem, evidencia-se que a escada é larga, com degraus de gabarito confortável, pisos antiderrapantes; As escadas e as rampas possuem patamares sem obstáculos a cada mudança de direção; Existe a utilização de bordas nos degraus em cor contrastante; As escadas e as rampas possuem piso tátil de alerta em seu início e fim; As rampas são largas e possuem pisos antiderrapantes, firmes e nivelados, com inclinação adequada para subir e descer em cadeira de rodas. Referidas rampas não possuem inclinação superior a 8,33%; Os corrimãos são contínuos, confortáveis dos dois lados das escadas e

rampas, e estão instalados em duas alturas. As paredes e as grades de proteção (guarda-corpo), ao longo das escadas e rampas, estão em altura segura (SEMIS, 2007).

Ressalta-se que o elevador pode ser uma alternativa para espaços menores (considerando que as rampas exigem ocupações maiores dimensão). Porém, tais equipamentos possuem valor elevado e até superior à obra da rampa. O conceito de mobilidade está relacionado com o ato do movimento, atributo associado às pessoas e bens e que relaciona as necessidades de deslocamento com as peculiaridades de cada território, serviços, equipamentos e oportunidades (GIULIANO, *et al.*, 2003), fazendo-se uso de um conjunto de informação que possa otimizar os deslocamentos com acesso a bens comuns. Servem, comumente, esses deslocamentos para satisfazer necessidades físicas, institucionais e econômicas, obrigações e preferências dos indivíduos e das empresas (BASTOS SILVA E SILVA, 2008A; HANSON, 2004), manifestando uma grande dependência dos meios tecnológicos e do modelo de organização territorial, cultural e do sistema de transportes.

De acordo com a NBR 9050 de 2015, nas escolas, os espaços devem ser democráticos, prevendo o acesso das pessoas com necessidades especiais. Para que isso aconteça, algumas atitudes devem ser tomadas para favorecer a acessibilidade como a instalação de rampas, corrimão, adequação dos pisos, revisão dos acessos, adequação dos sanitários e entorno do colégio. A educação de qualidade é definida como aquela que é acessível e inclusiva, ou seja, que abre oportunidades para grupos historicamente excluídos e promove as reformas educacionais necessárias para que as escolas possam propiciar um ambiente adequado à aprendizagem no sentido de fortalecer as alianças e de enfatizar que nenhuma aprendizagem se dá no isolamento. Ressalta-se que a situação de pandemia da atualidade já vem obrigando uma situação de isolamento, situação encontrada por muitas crianças no cotidiano em suas escolas (CAVALCANTE *et al.*, 2019).

A NBR 9050 foi editada pela primeira vez em 1994, e trouxe parâmetros e dimensões para as condições de acessibilidade nos meios arquitetônico e urbano às pessoas com limitações físicas em diversos municípios brasileiros. Segundo a ABNT 9050/1994, promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas. Quanto às escolas estabelece as seguintes recomendações: “A entrada de alunos deve estar preferencialmente, localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos” (ABNT 9050/2015. p.149).

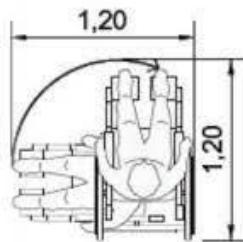
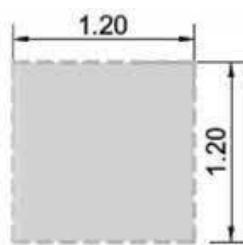
“Deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas

administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. Todos estes ambientes devem ser acessíveis” (ABNT 9050/2015. p.149). É importante que nas entradas/saídas das escolas possa haver espaços exclusivos aos estudantes em condição de deficiência, para que não comprometa sua mobilidade e o fluxo de entrada e saída.

Em complexos educacionais e campi universitários, quando existirem equipamentos complementares como piscinas, livrarias, centros acadêmicos, locais de culto, locais de exposições, praças, locais de hospedagem, ambulatórios, bancos e outros, estes devem ser acessíveis (ABNT 9050/2015, p. 149). O acesso deverá ser bem sinalizado e adequado para o uso comum e mobilidade dos estudantes deficientes, para que não precisem de auxílio de terceiros e possam se sentir seguros em seu deslocamento. Todos os elementos do mobiliário da edificação, como bebedouros, guichês e balcões de atendimento, bancos de alvenaria, entre outros, devem ser acessíveis e atender ao disposto nas Seções 8 e 9. (ABNT 9050/2015. p.150).

O acesso com mobilidade e independência dentro das instituições de ensino deverá sempre ser garantido a todo e qualquer estudante em condição de deficiência. O bebedouro de altura de bica de 1,20 m deve ter altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso acabado, e deve ser garantido um M.R. para a aproximação frontal. (ABNT 9050/2015 p.130). O livre acesso dos estudantes a todas as áreas tanto das escolas ou de qualquer local público, deve estar assegurado, uma vez que todos têm o direito de ir e vir sendo deficientes ou não.

Figura 8: Dimensões de acessibilidade para bebedouro

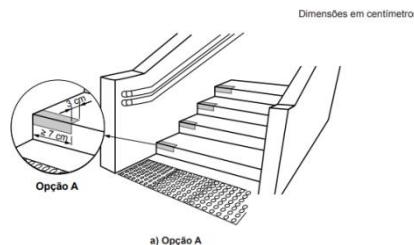


Fonte: ABNT 9050/2015

As escadas ou rampas deverão obrigatoriamente conter uma largura superior a 2,40

m, sendo que deverá ter um corrimão.

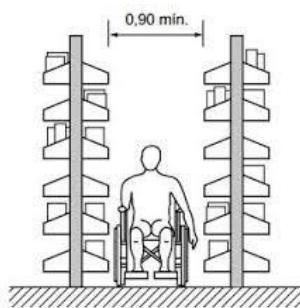
Figura 9: Dimensões de acessibilidade para escadas largas



Fonte: ABNT 9050/2015

Cabe à escola reduzir em seu ambiente as situações que configuram a falta de acessibilidade, como a instalação de corrimãos adequada nas rampas de acesso, possibilitando o deslocamento das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida no espaço escolar de modo que propicie a todos o acesso aos locais necessários sem barreiras ou obstáculos. Dentro dos espaços comuns, tais como bibliotecas, as prateleiras deverão estar acessíveis, de modo que o deficiente não necessite de ajuda de terceiros para se locomover e pegar os livros nas prateleiras.

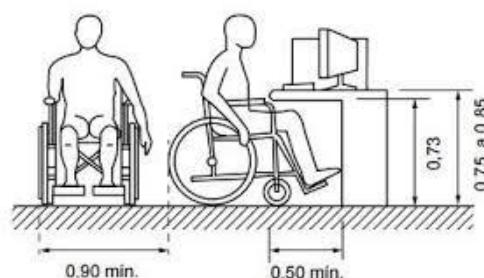
Figura 10: Dimensões de acessibilidade para bibliotecas



Fonte: ABNT 9050/2015

As prateleiras deverão estar ao alcance visual e das mãos, sem que o deficiente necessite de auxílio.

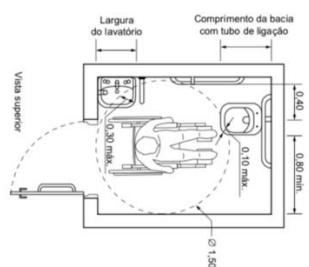
Figura 11: Dimensões terminais de consulta



Fonte: ABNT 9050/2015

Carteiras em sala de aula e altura de pias podem seguir a mesma altura proposta nos terminais de consulta, tendo em vista a necessidade de alocação das pernas sob a mesma, bem como respeitando as dimensões da cadeira de rodas (quando existir). Em relação aos banheiros escolares, de maneira a evitar quedas e facilitar a locomoção no banheiro, os pisos devem seguir algumas características. São elas: ser antiderrapante e/ou antideslizante; não possuir desníveis junto à entrada ou soleira; contar com grelhas e ralos posicionados fora das áreas de manobra e de transferência; os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas, além de ser antiderrapante ou antideslizante, sob qualquer condição seca ou molhada.

Figura 12: Acessibilidade em banheiros escolares



Fonte: ABNT 9050/2015

Mediante dedicação torna-se possível, através de medidas simples, propiciar um ambiente seguro e acessível a todos, de maneira que não haja exclusão e que com fatores de proporcionalidade tenha-se simetria e um traçado regulador (GOROVITZ, 2003, p.10).

Com isso, a legislação atual tem auxiliado as autoridades a tomarem algumas atitudes frente as mudanças que vem acontecendo, embora ainda seja insuficiente, em especial na esfera pública. Melhorar a acessibilidade arquitetônica das escolas públicas ainda se constitui um desafio. Cabe não só ao poder público buscar a solução para a resolução dos problemas existentes no espaço escolar, mas também a direção do estabelecimento que conhece e vivência diária com a problemática. Muitas vezes, as escolas aguardam pela matrícula de um aluno deficiente, para então buscarem auxílio, embora a acessibilidade devesse ser prioridade em qualquer espaço. Bem se sabe que pessoas com deficiência possuem dificuldade em espaços não acessíveis. Já pessoas sem deficiência, vivem com muita tranquilidade em espaços acessíveis.

2.6 EDUCAÇÕES INCLUSIVAS

A educação inclusiva ou educação especial é de grande relevância dentro da

sociedade como um todo, pois todas as vezes que uma pessoa portadora de qualquer tipo de deficiência é menosprezada ou lhe é tirado o direito de acesso à educação, sua formação fica comprometida, seja sua formação intelectual, pessoal ou acadêmica. A cada ano a educação inclusiva vem se destacando e ganhando mais “espaço” nas instituições públicas, embora existam vários percalços relacionados a verbas, capacitação de professores e falta de apoio do poder público, questões que fazem com que os avanços sejam lentos e com poucos avanços.

A perspectiva inclusiva é resultado de um processo histórico. Em meio a todo esse processo, surge a questão: como desenvolver um trabalho cognitivo, pedagógico e educacional a pessoa com deficiência? A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe num modelo de educação que vá além de entender a inclusão como algo fora do contexto, solto, como se fosse parte da educação e não inserida nela (MANTOAN, 2004). A Educação inclusiva é uma concepção de ensino, que objetiva garantir o direito a todos os estudantes à educação, independente da deficiência, cor, raça ou qualquer outra condição.

Muitos estudos e pesquisas versam sobre Educação Inclusiva e Inclusão Escolar. O processo de inclusão é uma proposta em ascensão ainda não totalmente consolidada, defendida e apoiada por muitos, mas criticada por outros tantos, que a veem com poucas chances de concretização. Para tentar viabilizar a referida proposta, a instituição escolar é desafiada a mudar, adequando-se a essa realidade, mediante transformações de ordem física, relacional e pedagógica na sua estrutura e no seu funcionamento (DIAS & SEKKEL, 2007).

O crescente ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino torna necessário um aprofundamento na reflexão sobre a educação inclusiva (FERRARI & SEKKEL, 2007). A Educação Especial, que por muitas vezes foi responsabilizada pela educação de pessoas com diversas deficiências, distúrbios graves de aprendizagem e comportamento, com o tempo vem ganhando uma maior visibilidade nos debates político educacionais. Dessa forma, nas últimas décadas, com as novas demandas e expectativas sociais, os profissionais da área estão se voltado para buscar novas formas de educação escolar com alternativas menos segregativas de absorção desses alunos nas redes de ensino (UNESCO, 1994). Uma escola inclusiva precisa formar seus professores e equipe de gestão, precisa rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Sendo assim, é necessário avaliar e redesenhar as estruturas, organização, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste item será descrito os aspectos metodológicos desenvolvidos durante a pesquisa que tem como tema acessibilidade em escolas publica regular, que teve como objetivo geral de constatar as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência das escolas publica regulares. De modo geral os objetivos são: Mostrar como deveriam ser as condições de acessibilidade nas escolas com ênfase na estrutura arquitetônica e acessibilidade; verificar os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência física.

Neste trabalho, verificou que as barreiras arquitetônicas nas escolas públicas, acarretando inúmeras dificuldades e que por menor que seja o obstáculo, impede-os de ir e vir com liberdade nas suas escolhas. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050 2015, tem como objetivo estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando um projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos a condições de acessibilidade.

O presente estudo utilizou o método qualitativo através de referências bibliográficas e análise de textos, tendo como conclusão a visão de que a efetivação da acessibilidade nas escolas seja uma realidade para todos os estudantes.

A pesquisa bibliográfica, opção metodológica deste trabalho, permite expressar uma maior compreensão sobre as ideias de diferentes pensadores, como: MONTOAN, FAVERO, GADOTTI, além de, dar a base para um diálogo reflexivo sobre o tema.

Como instrumento de coleta de informações foi utilizado textos, artigos, entrevistas on-line via (WhatsApp/E-mail) e reportagens sobre o tema, uma vez que com a pandemia a pesquisa de campo ficou muito comprometida, sendo assim, irei tratar do marco teórico, onde são abordados temas sobre os principais pressupostos acerca da legislação que envolve os direitos das pessoas com deficiência incluindo a norma NBR 90/50 da Associação Brasileira de Normas, posteriormente, serão apresentados os tipos de deficiência e suas características. Ou seja, pesquisa em bases de dados secundários.

Quantos aos sujeitos da pesquisa, foi enviado questionário via on-line para 4 professores e 2 técnicos-administrativos de escolas públicas regulares um questionário contendo 10 questões fechadas para detectar se a escola está preparada para garantir matrícula permanência e conclusão dos alunos com necessidades especiais e também a eficiência das escolas em relação aos alunos matriculados.

Posteriormente apresentam-se os resultados obtidos com o questionário respondidos por pessoas que trabalham nestas escolas, ou seja, diretoras, secretárias, professores ou coordenadora pedagógica. E no final apresentam as considerações finais com uma análise sobre o que foi observado e registrado na pesquisa com o questionário sobre as dependências das escolas por meio da observação a respeito da adequação existente aproximando-se ou não da legislação prevista de acordo com as normas da ABNT 90/50

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Conforme aplicação do questionário, verificam que 4 escolas analisadas possuem diagnóstico de identificação dos pontos críticos (barreiras arquitetônicas) das instalações físicas do complexo que constitui a escola; as 4 possuem banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais; 3 instituições estão em falta ou não possuem material didático adequado aos alunos com necessidades especiais; 5 não possuem sala de recurso, nas 6 escolas há professores capacitados, porém faltam os recursos para a aprendizagem dos alunos; Nas 6 escolas há rampas e acesso adequado aos alunos, o que já não ocorre no transporte publica que os leva a escola; Foi observado que as escolas não possuem projeto para eliminação de barreiras arquitetônicas e físicas, dentro das normas exigidas pela ABNT.

Tabela 1: Percepção dos trabalhadores da escola

Variáveis	Possui	Não possui
1. Formação continuada de professores?	1	3
2. Acesso para pessoas com necessidades especiais?	3	1
3. Há banheiros adaptados?	1	3
4. Diagnóstico de identificação dos pontos críticos?	1	3
5. Condições de acessibilidade nas comunicações?	2	2
6. Material didático adequado?	1	3
7. Programa para implementação da acessibilidade?	1	3
8. Atendimento educacional especializado?	1	3
9. Existe sala de recursos multifuncionais na escola?	1	3
10. Há profissional qualificado na sala de recursos multifuncionais?	2	2

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A pesquisa constatou que em Campo Grande são mais Dois Mil alunos com deficiências matriculadas na rede pública. Na questão onde se referia às adaptações físicas ou arquitetônicas necessárias para receber alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida, quando o local não possui adaptações, os responsáveis responderam que caso aluno deficiente viesse a ser matriculado, buscariam as adaptações necessárias, sendo assim, quase todas as escolas analisadas, necessitam de modificações básicas para acessibilidade.

5 CONCLUSÕES

O encerramento desta pesquisa nos leva a fazer uma reflexão a acerca da acessibilidade das pessoas com deficiência nas escolas regulares. Ao final deste trabalho, depois de realizadas as entrevistas nas escolas da rede pública de ensino regular da cidade de Campo Grande, foram observadas que a maioria das instituições de ensino há profissionais capacitados para atendimento, porém não está adaptado a fim de favorecer a acessibilidade dos portadores de deficiência física ou mobilidade reduzida. O principal objetivo do artigo foi apresentar a importância da acessibilidade e compreender os conceitos da NBR 9050, creio que tais objetivos foram alcançados.

A legislação atual tem ajudado muito para que as autoridades tomem algumas atitudes frentes as mudanças que vem acontecendo, porém, ainda é insuficiente, pois melhorar a acessibilidade arquitetônica ainda constitui um desafio, cabe não só ao poder público municipal buscar a solução para a resolução dos problemas existentes no espaço escolar, mas também a direção o estabelecimento que conhece e vivência diariamente com as mais variadas situações que exigem mudança de postura diante destas situações, pois as escolas ficam esperando o aluno com deficiência física ou mobilidade reduzida se matricular para fazer as modificações necessárias e quando o fazem, são fora das normas estabelecidas, em alguns casos impossíveis de serem usadas por um portador de deficiência.

Buscar melhorias é necessário. Acredita-se que essas melhorias só acontecem depois que é tocado em algum ponto estratégico, pois se ninguém questiona o motivo pela qual a acessibilidade não está presente na escola, logo deduz que está tudo certo, tudo em seu lugar. Infelizmente a acessibilidade ou a falta de acessibilidade só é percebida quando as pessoas se sentem lesadas, quando elas precisam daquele espaço e percebem que não tem, dificultando a sua passagem no local.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

Bastos, Silva, A. e J. P. Silva. “**Estratégias de gestão da mobilidade em polos Universitários**.” Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra, Coimbra. 2008 Disponíveis em: [HTTPS://www.engenhariacivil.com/estrategias-de-gestao-da-mobilidade-em-polos-universitarios](https://www.engenhariacivil.com/estrategias-de-gestao-da-mobilidade-em-polos-universitarios)

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Coordenação de Edições Técnicas; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, 2020**.

BRASIL. **Educação infantil**, 2021. Disponível em << <https://educacao-infantil.aix.com.br/acessibilidade-na-escola/>. Acesso em 18/04/2021.

BRASIL. **Significado de deficiência**. Disponível em << <https://www.significados.com.br/deficiencia/>>>. Acesso em 19/04/2021.

BRASIL. **Site significados**, <https://significados.com.br/deficiencia/> Atualizado 11/05/2020.

BRASIL. **LDB**. Disponível em <<<https://www.infoescola.com/educacao/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao>>>. Acesso em 18/03/2021.

CAVALCANTE, Michele; MEDEIROS, Camila; COSTA NET, Francisco; ARAUJO, Luana; **Acessibilidade dos edifícios das escolas municipais**. Monteiro, PB, 2019. https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conimas-e-conidis/2019/TRABALHO_EV133_MD1_SA51_ID2085_31102019135233.pdf em 14/04/2021

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose. Subsídios para o planejamento de acessibilidade aos espaços urbanos. In: II Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, PUC-Minas. Disponível em <<<https://direcionaescolas.com.br/acessibilidade-entender-aplicabilidade-da-lei-de-acessibilidade-e-os-consequentes-desafios-para-o-ambiente-escolar/>>>. Acesso em 29/03/2021. **Anais...** Belo Horizonte: Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, 2001.

FERRARI, Marian A. L. Dias e SEKKEL, Marie Claire. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. Psicologia: **Ciência e Profissão** [online]. 2007, v. 27, n. 4. Disponível em: <<<https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000400006>>>. Acesso em 5 Setembro 2021], pp. 636-647.

GIULIANO G., Hu H., LEE K (2003), **Travel Patterns of the elderly: The role of land use**. (Mentran's Project 00-8) California, US. School of Policy, Planning & Development, University of Southern California.

GLAT, Rosana. Educação inclusiva & educação especial. Santa Maria, **Revista EXITUS**, 2007.

SOUZA, Luiz Alberto de e THOMÉ, Anderson Viera. Análise das Condições de Acessibilidade no Ambiente Urbano da Área Central de Blumenau. **7º Seminário**

Internacional NUTAU/USP - Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. **Anais...**São Paulo, 2008.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus editorial, (2004).

NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004. ARAÚJO, Luiz Alberto David.

PEREIRA, J. A.; SARAIVA, J. M. Trajetória histórico social da população deficiente:: da exclusão a inclusão social. **SER Social, /S. I./**, v. 19, n. 40, p. 168–185, 2017. DOI: 10.26512/ser_social.v19i40.14677. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677. Acesso em: 5 set. 2021.

PLETSCH, Márcia Denise, **Propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade**. Santa Maria, Revista Educação UFSM, 2007.

SARAIVA, Joseane Maria, **Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social**. Brasília, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/Cristiane/Downloads/admin-11%20\(11\).pdf](file:///C:/Users/Cristiane/Downloads/admin-11%20(11).pdf) Acesso: 28 de março de 2021.

SEMIS, Lais, **Gestão Escolar**, 2007. Disponível em <<<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1851/apenas-26-das-escolas-publicas-sao-acessiveis-aos-portadores-de-deficiencia>>>. Acesso em: 24 de Março de 2021.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.